



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1005386-53.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Robson Pereira Fernandes**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei
 nº 9.099/95.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo prescindindo-se da dilação probatória.

O pedido é improcedente.

Inicialmente, com relação a alegação de ausência de notificação, não se faz crer que o autor desconhecia os fatos vez que foi autuado por infração contida no artigo 165 do CTB, caso em que o infrator é pessoalmente autuado.

No mais nada trouxe aos autos que comprove que foi parado em uma "blitz" e, após ter feito teste de bafômetro, foi liberado, seguindo o

1005386-53.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

caminho de sua casa, não sendo tendo sido autuado nesta oportunidade.

Impunha-se ao autor a comprovação dos fatos articulados na peça inicial, valendo-se de todos os meios de prova em direito admitidos, lembrando-se sempre que para o processo civil brasileiro prevalece o sistema do livre convencimento motivado do juiz ou da persuasão racional.

Acresce-se: nestes autos o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, acerca das suscitadas irregularidades, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

ISTO POSTO, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Sem condenação em custas e honorários nesta fase judicial, conforme artigo 55 da Lei 9.099/95.

P.I.C.

Araraquara, 24 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**